



Nota Técnica

Número 196

Julho de 2018

**Um novo cenário da indústria petroquímica
brasileira está sendo desenhado**

Um novo cenário da indústria petroquímica brasileira está sendo desenhado

Nos últimos dias, mais um episódio tem movimentado as discussões sobre a atual configuração da indústria petroquímica brasileira. O anúncio da negociação da venda da participação da Odebrecht na Braskem para a transnacional holandesa LyondellBasell deve alterar os rumos de toda a cadeia petroquímica mundial. A composição societária da Braskem, conforme relatórios da própria companhia, é formada basicamente pela participação da Odebrecht, que possui 50,1% do capital votante e 38,3% do capital total, e da Petrobras, detentora de 47,0% do capital votante e de 36,1% do capital total¹. Em nota a petrolífera afirmou que caso a negociação seja finalizada com êxito, analisará os termos e condições da oferta, de maneira a avaliar o exercício dos seus direitos previstos no Acordo de Acionistas da Braskem S.A. De forma concreta, a Petrobras poderá exercer seu direito de preferência na compra da petroquímica ou direito de *tag along*² (venda conjunta) o que vai ao encontro ao propósito de desinvestimentos da companhia.

A Odebrecht é um conglomerado empresarial brasileiro que atua principalmente nas áreas de construção e infraestrutura, energia, química e petroquímica. Fundada na Bahia, em 1944, e inicialmente voltada com exclusividade à construção civil, teve sua trajetória de ascensão impulsionada pela criação da Sudene - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste -, que estimulava a industrialização do nordeste brasileiro, e pela execução de grandes obras públicas no período denominado “milagre brasileiro”. O esgotamento desse modelo econômico, no entanto, instigou-a à diversificação dos negócios e à expansão para outros países. Em 1979, a empresa cria a Odebrecht Perfurações Ltda., responsável pela perfuração de poços de petróleo, e adquire um terço

¹ A Braskem é uma empresa de capital aberto listada na Bolsa de Valores. Em sua composição acionária, inclui, além da Odebrecht (Odebrecht S.A., Odebrecht Serviços e Participações S.A e BRK Investimentos Petroquímicos S.A., que é controlada pela Odebrecht) e da Petrobras, o BNDES Participações e acionistas minoritários.

² Conforme Acordo de Acionistas da BRK Investimentos Petroquímicos S.A. e da Braskem S.A.: fica assegurado à Parte que receber a Notificação de Venda (“Acionista Remanescente”) o direito de exigir que essa alienação de Ações pela Acionista Cedente englobe as Ações então detidas pela Acionista Remanescente (“Direito de Tag Along”), em quantidade proporcional à da Acionista Cedente, caso a venda ao terceiro de boa-fé indicado na Notificação de Venda venha a se concretizar.

do capital da Companhia Petroquímica Camaçari (CPC), seu primeiro investimento no setor petroquímico. Nas décadas seguintes, consolida-se como um grande conglomerado.

Em fins de 2014, as investigações da Operação Lava-Jato atingiram duramente os setores de petróleo e construção e, somadas à recessão da economia brasileira, resultaram em endividamento e falta de credibilidade para o Grupo Odebrecht. Para superar tais adversidades, a empresa adotou um plano que envolve a alienação de ativos, a reestruturação de dívidas e o fortalecimento da estrutura de capital de parte de seus negócios.

A Petrobras, também investigada na Lava-Jato, optou pela reestruturação de negócios e desinvestimentos. De acordo com seu último Plano de Negócios e Gestão (2018-2022), a meta da estatal é a venda de vários ativos entre os anos de 2017 e 2018, que devem totalizar US\$ 21 bilhões. Nos últimos anos, a empresa tem focado seus negócios apenas no setor de energia e petróleo, suspendendo sua atuação em outros setores e reduzindo investimentos. No setor petroquímico, a Petrobras vendeu, em 2014, sua participação na Innova S.A. no Estado do Amazonas para a brasileira Videolar S.A., ao preço de R\$ 870 milhões. Em 2017, realizou a venda de sua participação acionária na Companhia Petroquímica de Pernambuco (PetroquímicaSuape) e na Companhia Integrada Têxtil de Pernambuco (Citepe) para o Grupo Petrotemex S.A. de C.V. e para a Dak Americas Exterior, S.L, subsidiárias da mexicana Alpek, S.A.B. de C.V. (Alpek), pelo valor de R\$ 1,5 bilhões.

Além de indícios de que tanto Odebrecht, quanto Petrobras não pretendem permanecer em ativos petroquímicos, a trajetória da LyondellBasell mostra que a empresa transnacional holandesa deve ampliar sua presença no setor.

Constituída em dezembro de 2007, por meio da aquisição da norte-americana Lyondell Chemical Company pela BasellPolyolefin - uma *joint venture* da Basf e da Shell adquirida em 2007 pela Access Industries do bilionário de origem ucraniana Leonard Blavatnik –, a LyondellBasell tem sede oficial em Roterdã, na Holanda, está presente em 17 países e emprega cerca de 13 mil trabalhadores. Na América Latina, suas operações restringem-se à cidade de Pindamonhangaba, no interior paulista. A história da empresa inclui pedido de concordata nas operações norte-americanas em fins de 2009 e breve ressurgimento meses depois. Seus resultados positivos devem-se ao barateamento da matéria-prima nos EUA, com o advento do *shale gas*. Nos últimos tempos, a

LyondellBasell adquiriu ativos na Índia, instalações na China, estabeleceu joint venture com uma empresa francesa de gestão de águas e resíduos, e, mais recentemente, em fevereiro de 2018, adquiriu a fornecedora de plásticos A. Schulman, de origem estadunidense.

Em 2017, a Braskem faturou R\$ 58 bilhões em vendas e produziu 8,1 milhões de toneladas de polietileno e polipropileno. Já a LyondellBasell, no mesmo período, teve uma receita de US\$ 34,5 bilhões em vendas e produção de 9,6 milhões de toneladas de polietileno e polipropileno. Juntas, essas empresas liderariam o mercado global de resinas termoplásticas (insumos básicos para a terceira geração da cadeia petroquímica).

No Brasil, a Braskem detém o monopólio da produção de resinas e poderia favorecer o restante da cadeia petroquímica em função da facilidade para o fornecimento de insumo. O poder de negociação do setor de transformados plásticos - em especial das pequenas e médias empresas -, é, no entanto, comprometido e há dificuldade de acesso às resinas a preços competitivos³. Assim, percebe-se que a configuração atual - ou seja, empresa nacional de capital estatal e privado com atuação monopolística - tem limitações para definir estratégias que integrem e beneficiem todos os setores interligados da cadeia produtiva. A desnacionalização da Braskem representaria um risco ainda maior, pois interferiria em toda a cadeia de produção, impactando, inclusive, os consumidores finais.

Braskem, a grande campeã nacional do setor químico

A consolidação da Braskem remonta à história do próprio setor petroquímico no país, que tem início com a fundação da Petrobras, em 1953. Em 1967, já sob a ditadura, é criada a Petrobras Química S.A. ou simplesmente Petroquisa, com a finalidade de fornecer insumos para a indústria petroquímica brasileira. A Petrobras, impedida legalmente de associar-se a grupos privados, cria a *holding*, em um modelo tripartite envolvendo Estado, capital privado nacional e capital privado estrangeiro. O modelo é constituído pela adoção de joint-ventures com a associação da Petroquisa, uma empresa privada nacional e uma transnacional, responsável, em tese, pelo aporte de tecnologia. Apesar da criação dos polos petroquímicos de São Paulo (Petroquímica União), Bahia (Copene) e Rio Grande do Sul (Copesul) - viabilizados por investimentos estatais e de

³ Com o objetivo de proteger o produtor local, o Brasil estabeleceu o Direito de Antidumping – medida de defesa comercial – às importações de PP, PVC e resina PET, com alíquotas que chegam a até 16%.

acordo com uma estratégia que primava por sua proximidade com as refinarias de petróleo e com os centros urbanos demandantes -, gera-se um emaranhado societário, com a participação da Petroquisa em diversas empresas da segunda geração da cadeia petroquímica, o que indica uma relação de transferência de valores do Estado para o capital privado.

O parque industrial químico brasileiro desenvolve-se nas décadas seguintes de maneira bastante concentrada e sofre o primeiro revés ao final dos anos de 1980, em função de maior exposição à concorrência internacional. Já na década de 1990, o setor é alvo do Programa Nacional de Desestatização do governo Collor, de caráter neoliberal, que retirou a Petroquisa de diversas empresas, diminuindo drasticamente sua participação nas centrais petroquímicas para algo entre 15% e 18% do capital votante. O Estado reduziu fortemente seu papel como indutor e planejador da atividade econômica, inclusive na petroquímica, e milhares de trabalhadores foram demitidos ou terceirizados. Desse processo, resultam duas grandes empresas privadas petroquímicas: a Braskem, divisão química dos negócios da Odebrecht, criada em 2002 mediante aquisição da Copene e a Quattor, criada em 2008, a partir da união entre Petrobras e Unipar. A Petrobras tem participação minoritária em ambas: 40% no capital controlador da Quattor e 31% das ações na Braskem. Em 2010, com a incorporação da Quattor, é finalizada a consolidação da Braskem no mercado brasileiro.

Se, por um lado, a Braskem protagonizou papel de destaque nacional durante os anos 2000, por outro, o movimento sindical, em inúmeras oportunidades, teve importante atuação nos debates sobre o futuro da indústria petroquímica nacional. Nesse período, organizou um movimento de unidade sindical, composto pelo Sindicato dos Químicos do ABC, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas da Baixada Santista, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Petroquímicas de Duque de Caxias e Sindicato dos Químicos e Petroleiros da Bahia (atual Sindiquímica Bahia) criou a rede intersindical de trabalhadores, com o intuito de articular estratégias para encaminhar suas reivindicações ao governo federal. Uma de suas ações foi a entrega da Carta de Salvador ao presidente Lula, que, além de conter pauta específica sobre temas relativos ao trabalho da categoria, apontava para a necessidade da participação da Petrobras no setor e, ainda, para a presença efetiva dos trabalhadores nos conselhos das empresas privadas da área. Entre as questões abordadas, a principal referia-se à integração de toda a cadeia

petroquímica - do poço ao plástico. Também era questionada a ausência de contrapartidas sociais aos vultosos investimentos públicos destinados à Braskem, recém-criada, e introduzia-se no debate a necessidade de alternativas renováveis, com produção ecológica e socialmente responsável. Vale ressaltar que esse movimento ocorreu em um período oportuno, quando o pré-sal havia sido recém descoberto e a interlocução era estabelecida com um governo sensível às questões sociais e trabalhistas.

O fato é que os esforços do movimento sindical não inviabilizaram a criação de um monopólio petroquímico e, nos anos seguintes, sua participação voltou-se mais intensamente às discussões realizadas nas redes sindicais de trabalhadores e nos conselhos de competitividade tripartite, como o Brasil Maior. A Braskem, por sua vez, obteve recordes na produção e solidificou sua presença no exterior com a aquisição de plantas nos EUA, Europa e México, passando a ser reconhecida como transnacional brasileira.

O desempenho da empresa, em parte, deve-se à forte atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) na oferta de linhas de crédito ao investimento produtivo na indústria química e, conseqüentemente, na Braskem. Desde sua constituição, em 2002 e até 2015 – ano do último contrato de crédito firmado entre Braskem e BNDES - a petroquímica brasileira recebeu mais de R\$ 9 bilhões do banco estatal, volume que representa 33,9% dos desembolsos efetuados para todo o setor químico. De acordo com o estatuto do BNDES, o banco de fomento é o “o principal instrumento de execução da política de investimento do Governo Federal e tem por objetivo primordial apoiar programas, projetos, obras e serviços que se relacionem com o desenvolvimento econômico e social do País”. O desembolso de quantia tão significativa evidencia a relevância do setor químico para o desenvolvimento da economia brasileira.

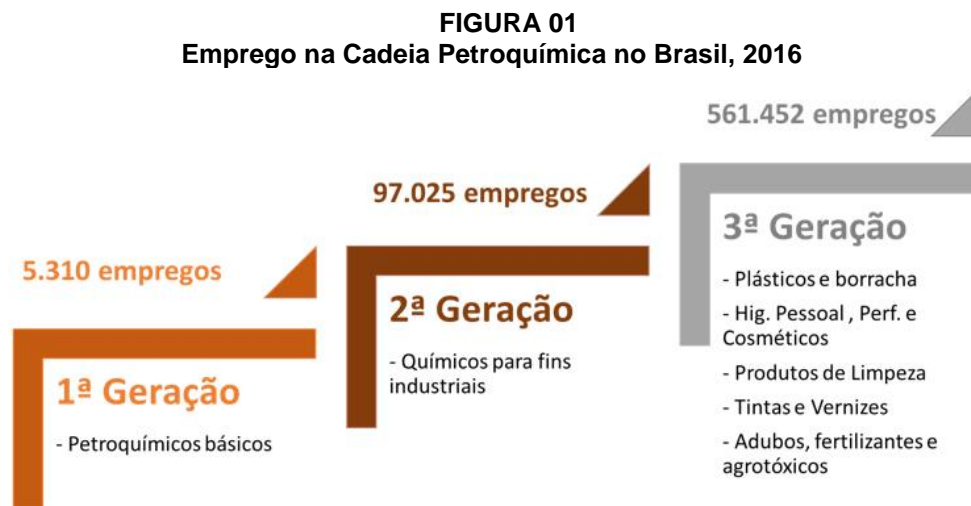
A trajetória ascendente da Braskem, no entanto, foi comprometida, em decorrência de escândalos que envolvem a própria empresa e sua principal acionista, a Odebrecht. Acusada em investigações pelo pagamento de propina a políticos e executivos da Petrobras para acerto de preços na compra de nafta, a Braskem assinou, em 2017, acordo de leniência, com o compromisso de pagar R\$ 3,1 bilhões a título de multas e indenizações. Soma-se a isso o alto endividamento da Odebrecht, que utiliza a Braskem

como principal garantia para a obtenção de empréstimos, fato que a impulsionou na direção de negociar a venda dos ativos da petroquímica.

Cenário atual da cadeia petroquímica

A cadeia petroquímica é composta por produtores de primeira geração, voltados à produção de petroquímicos básicos – atualmente sob monopólio da Braskem; de segunda geração, que produzem petroquímicos intermediários para fins industriais; e de terceira geração, que se dedicam à fabricação de produtos destinados ao consumo final. De acordo com dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE, de 2016, a cadeia petroquímica brasileira representa cerca de 14,3% do Valor Bruto da Produção Industrial e emprega cerca de 664 mil de trabalhadores nos diversos setores que a compõem (MTb. RAIS 2016).

A figura a seguir apresenta o número de empregos da cadeia petroquímica brasileira, de acordo com a classificação das atividades econômicas utilizada pelo IBGE. Como se pode verificar, a primeira geração tem menos de 1,0% do total de empregos do conjunto da cadeia produtiva; a segunda geração conta com 14,6%; e a terceira concentra 84,6%.



Fonte: MTb. Rais
Elaboração: DIEESE

Em 2016, a primeira geração empregava 5.310 trabalhadores, número expressivamente inferior ao verificado em 1995, quando ultrapassava sete mil. Essa diminuição drástica deve-se, além do fechamento de postos de trabalho, à elevada terceirização de atividades para empresas prestadoras de serviços, o que impôs aos trabalhadores perdas de benefícios, redução salarial e aumento nos acidentes de trabalho.

É importante registrar que há uma etapa da cadeia petroquímica anterior à primeira geração - na qual são produzidos os insumos originados, majoritariamente, de subprodutos do refino do petróleo, como a nafta e o gás natural -, que faz com que a Petrobras seja imprescindível no processo de produção do setor. A importância da estatal torna-se ainda maior com a descoberta do pré-sal, recurso que pode acelerar o crescimento e o desenvolvimento, de forma integrada, de toda a cadeia - do petróleo ao plástico -, agregando valor à produção e possibilitando a geração de empregos de elevado padrão de qualidade, com remuneração adequada, estabilidade pela supressão da rotatividade, em ambientes de trabalho seguros e com diálogo entre trabalhadores e empregadores. Esse salto de qualidade na produção do setor poderia afastar, definitivamente, a possibilidade de desindustrialização precoce da economia, dado que a indústria química possui grande dinamismo, com participação em inúmeras cadeias produtivas de setores distintos, como o metalúrgico, o de alimentos, o têxtil e o da construção civil.

Dessa maneira, a permanência da Petrobras no setor, seja através do fornecimento de insumos em condições competitivas e diferenciadas e/ou através da participação acionária na Braskem, é fundamental para a viabilização de uma política industrial que norteie toda a cadeia produtiva.

Centralidade da Petrobras para a Indústria Química

O protagonismo da Petrobras no setor ultrapassa o fornecimento de matéria-prima, passando também por sua participação societária em várias empresas petroquímicas (além da Braskem) e por sua presença em fábricas de fertilizantes.

No que se refere à matéria-prima, cabe esclarecer que, em 2017, conforme relatório anual da estatal, a Braskem reduziu o pedido de nafta à Petrobras em 11% em relação ao ano anterior e elevou sua importação. A dependência externa de insumos amplia o déficit comercial e deixa o mercado exposto às oscilações cambiais.

Outra questão fundamental em relação à matéria-prima do setor é a possibilidade de uso do gás natural, conforme pleito empresarial⁴, cujo fornecimento deveria ser de responsabilidade da Petrobras. No entanto, a promulgação recente da Lei nº 13.679, de 14 de junho de 2018 - que dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos -, torna possível a realização de leilão do óleo e do gás, para fomentar, especificamente em unidades no território nacional, a cadeia de refino e petroquímica. O argumento em favor do desenvolvimento da indústria nacional utilizado pelo empresariado para sensibilizar o executivo nacional quando da aprovação dessa Lei é incompatível com uma possível desnacionalização de um importante elo do complexo industrial químico.

Já sobre a participação da Petrobrás em empresas petroquímicas, a mais relevante é sem dúvida na Braskem, porém a estatal tem parte em várias outras empresas do ramo, conforme mostra o quadro a seguir.

QUADRO 1
Participação Societária da Petrobras no Setor Petroquímico

Empresa	Produto	Participação (%)
Braskem S.A	Eteno, polietileno, polipropileno e PVC	36,20
Deten Química S.A	Matéria-prima para detergentes: linear alquilbenzeno (LAB), ácido linear alquilbenzeno sulfônico (LAS), alquilados pesados (ALP)	27,88
Metanor S.A/Copenor S.A	Metanol, formol e hexamina	34,54
Fábrica Carioca de Catalisadores	Catalisadores e aditivos	50,00
Petrocoque S.A	Coque calcinado de petróleo	50,00

Fonte: Adaptado do Relatório Anual da Petrobras de 2017

Essas empresas exercem papel considerável na produção interna, inclusive na substituição de importações, o que requereria participação mais efetiva da Petrobras em sua gestão, de modo a proporcionar condições para maior diversificação produtiva.

No que tange aos fertilizantes, é importante ressaltar que o Brasil possui aproximadamente 329 milhões de hectares de terras agriculturáveis e uma crescente

⁴ Cabe salientar que existe a atuação da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Competitividade da Indústria Química, Petroquímica e Plástica, que reúne Deputados Federais e Senadores e que organiza o lobby do complexo químico no Congresso Nacional e no Executivo Federal. Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) é responsável pela secretaria-executiva e, assim, colabora com pleitos da principal indústria do setor.

demanda por insumos químicos. Em 2017, as importações de fertilizantes equivaleram a quase 70% das entregas ao mercado doméstico. Sendo assim, além de vasto mercado consumidor, a permanência da Petrobras na produção de fertilizantes diminui a vulnerabilidade do segmento e atua em prol da soberania alimentar.

Em outras partes do mundo, é comum empresas estatais de petróleo se integrem às atividades petroquímicas avançando até a segunda geração. O caso chinês é bastante emblemático: a SINOPEC (China Petrochemical Corporation) está integrada à Companhia Nacional de Petróleo da China em um modelo estratégico de planejamento, que culminou com o avanço da indústria química chinesa, levando-a, desde 2010, ao maior faturamento mundial.

O papel de impulsionar a diversificação da produção é, sobretudo, decisão de política de soberania nacional, prerrogativa contra a qual se colocam os anúncios de desinvestimentos da Petrobras.

Qual é o futuro da cadeia petroquímica brasileira?

A cadeia produtiva de toda a indústria petroquímica pode ser apresentada em um esquema triangular invertido, cujo cume é representado pela Petrobras, seguida de um braço petroquímico, das empresas da segunda geração e, na base piramidal, as empresas da terceira geração, produtoras de bens finais. Esse desenho mostra a expressiva presença estatal e do capital nacional no setor, o que revela que um processo de desnacionalização dos dois primeiros elos da cadeia lhe imporiam enormes prejuízos e enfraqueceriam qualquer tipo de orientação para o desenvolvimento industrial.

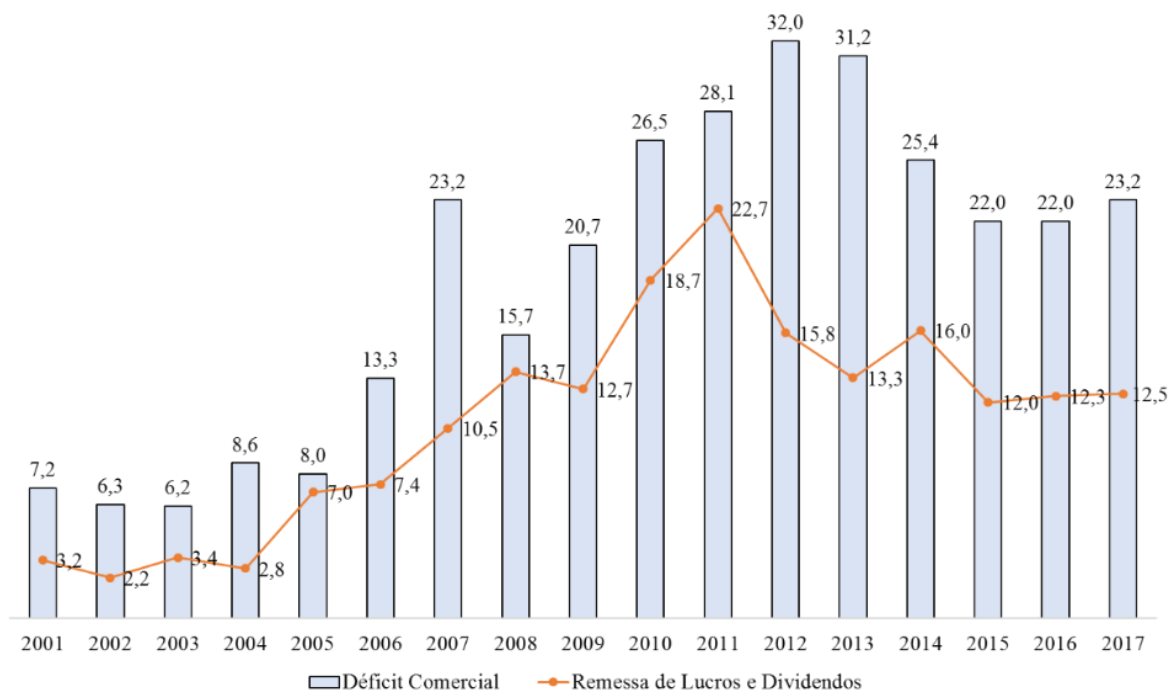
Primeiramente, esse processo resultaria em maior dependência externa e deslocaria os centros de decisões para fora do território nacional. Também comprometeria os avanços tecnológicos alcançados pelo setor no país, como por exemplo a expansão de biopolímeros a partir de matérias-primas renováveis, produto idealizado e patenteado no Brasil⁵. Ainda haveria impactos financeiros negativos sobre a balança de pagamentos, em

⁵ A Braskem possui cerca de 903 documentos de patentes depositados no Brasil e no exterior.

consequência do crescimento no fluxo de remessas de lucros e dividendos, além de déficit comercial no setor.

Nos últimos dezessete anos, as indústrias químicas estrangeiras instaladas no Brasil remeteram para suas matrizes mais de US\$ 186 bilhões de lucros e dividendos. No que diz respeito ao déficit comercial resultante da diferença entre exportações e importações, nota-se elevados saldos negativos, causados diretamente pela importação de grande volume de insumos. Em 2017, o déficit comercial totalizou US\$ 23,2 bilhões, 7,7% maior que o apurado no ano anterior.

GRÁFICO 1
Remessas de lucros e dividendos e Déficit Comercial da Indústria Química Brasileira (US\$ Bilhões)



Fonte: Banco Central do Brasil / Abiquim
 Elaboração: DIEESE

A possibilidade de um acordo de venda da participação da Braskem - tanto pela Odebrecht, quanto pela Petrobrás - caracteriza um grave retrocesso e é motivo de grande preocupação do movimento sindical, que não se restringe apenas à justa defesa das condições de trabalho. As questões que se colocam e devem ser motivo de debate estão profundamente atreladas aos rumos da industrialização nacional, que passam pela

necessidade urgente de superação do déficit comercial, por meio da internalização da produção, e pela geração de emprego decente.

Também merece destaque a centralidade da matéria-prima na cadeia petroquímica, cujos custos exercem grande influência no total dos gastos com a produção, correspondendo de 65% a 75% de seu total. Os insumos básicos originam-se de quatro principais fontes: carvão, biomassa (não convencional, porém renovável), gás natural e petróleo. De maneira geral, no Brasil, conforme dados da Abiquim, 87% da matéria-prima petroquímica é a nafta originária do petróleo; 11%, o metano, etano e propano, provenientes do gás natural; e apenas 2% têm origem do etanol, biomassa renovável. Embora as matérias-primas tenham utilizações distintas, há grande potencial para alteração da matriz produtiva, seja pela abundância de possibilidades existentes ou pelo desenvolvimento da capacidade tecnológica. O “plástico verde” ou polietileno verde, por exemplo, desenvolvido pela Braskem em 2010, utiliza matéria-prima renovável, isto é, é fabricado a partir do etanol da cana-de-açúcar, diferentemente dos polietilenos comuns que utilizam fontes fósseis, como petróleo e gás natural.

O tema primordial que se coloca, no entanto, é a ausência de uma política estatal estratégica e planejada para o setor petroquímico e para a indústria nacional como um todo, o que prejudica não somente os agentes nacionais envolvidos, mas o conjunto da sociedade brasileira. As decisões relativas ao setor petroquímico brasileiro não podem ser implementadas isoladamente, sem articulação com uma política de soberania nacional que promova efeitos positivos em toda a cadeia: da extração do petróleo até a produção do plástico (do poço ao plástico) e gere empregos decentes, contribuindo para a melhoria das condições - de vida e de trabalho - dos trabalhadores.

Além disso, é importante registrar que, para a viabilização de qualquer projeto de desenvolvimento, é imprescindível que seja construído um modelo de gestão baseado na participação dos trabalhadores nas empresas, mediante representação, por membros eleitos pelos próprios trabalhadores, em seus conselhos administrativos.

Por fim, é fundamental para o futuro da indústria petroquímica que se paute, como prioridade, a necessidade de investimentos públicos planejados e/ou da concessão de benefícios fiscais como estímulo às fontes renováveis. Essa prática resultará em aumento do valor agregado dos produtos, menores impactos ambientais e garantia de sínteses

seguras que utilizem e gerem substâncias com pouca ou nenhuma toxicidade para a saúde humana e para o meio ambiente.

Considerações finais

A cadeia petroquímica brasileira teve seu alicerce fundamentado no planejamento estatal, haja vista a concepção da Petroquisa. Ao longo das últimas décadas, no entanto, a movimentação do Estado tem sido a de abandono do setor para a iniciativa privada, marcada pela ausência de estratégias que visem a um modelo de desenvolvimento econômico e à soberania nacional.

A iminente possibilidade de desnacionalização da principal empresa do setor deve acarretar inúmeros prejuízos e pode representar o fim de qualquer articulação do Estado com a cadeia produtiva, comprometendo as indústrias da terceira geração e, inclusive, outros setores demandantes. A vocação natural do país, potencializada pelo pré-sal, deverá obedecer a uma lógica mercantilista, cada vez mais financeirizada, sem nenhum benefício para a sociedade.

Considerando o cenário petroquímico mundial, a inserção brasileira se dará de outra maneira, muito menos propositiva. Hoje, a posição de destaque que o país vem ocupando - especialmente em relação ao desenvolvimento de alternativas sustentáveis - e todo o seu potencial inovador de desenvolvimento podem estar ameaçados. A maior dependência externa e a ampliação nas remessas de lucros e dividendos ao exterior são fatores que agravam ainda mais esse quadro.

Alterar essa trajetória e retomar o planejamento com o controle estatal assumido pela Petrobras é o principal desafio para o fortalecimento de todo o setor químico. Abrir mão de um setor tão estratégico e dinâmico pode aprofundar a desindustrialização no país, promover o fechamento de empresas e de postos de trabalho e, conseqüentemente, minar as possibilidades de construção de uma sociedade justa e igualitária.

Rua Aurora, 957 – 1º andar
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

Presidente: Bernardino Jesus de Brito

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Vice-presidente: Raquel Kacelnikas

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região – SP

Secretário Nacional: Nelsi Rodrigues da Silva

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região – SP

Diretor Executivo: Antonio Francisco Da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel – SP

Diretor Executivo: Carlos Donizeti França de Oliveira

Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo – SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas – SP

Diretora Executiva: Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco – PE

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes

Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul – RS

Diretor Executivo: Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba – PR

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia – BA

Diretor Executivo: Sales José da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região – SP

Diretora Executiva: Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Fausto Augusto Júnior – Coordenador de Educação

José Silvestre Prado de Oliveira – Coordenador de Relações Sindicais

Patrícia Pelatieri – Coordenadora de Pesquisas e Tecnologia

Rosana de Freitas – Coordenadora Administrativa e Financeira

Equipe Técnica Responsável

Rosângela Vieira dos Santos – Subseção da Confederação Nacional do Ramo Químico (CNQ) e da Federação dos Trabalhadores do Ramo Químicos da CUT do Estado de São Paulo (Fetquim-CUT/SP); Cloviomar Cararine – Subseção da Federação Única dos Petroleiros (FUP); e Daniel Ferrer – Subseção da Secretaria Nacional dos Setores Químicos (SNQ) da Força Sindical

Equipe de Crítica e Revisão

Thomaz Ferreira Jensen – Educação Sindical; Victor Pagani – Escritório Regional SP; e Vera Gebrim – Editoração (revisão técnica)